



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI
CAMPUS SENADOR HELVIDIO NUNES DE BARROS
CURSO: CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

DANIELLE MARIA DE ARAÚJO

**PERCEPÇÃO E PRÁTICAS AMBIENTAIS DOS ALUNOS E PROFESSORES DA
UNIDADE ESCOLAR JOÃO JOSÉ BATISTA EM SÃO JOÃO DA CANABRAVA-PI.**

PICOS-PI

2014

DANIELLE MARIA DE ARAÚJO

**PERCEPÇÃO E PRÁTICAS AMBIENTAIS DOS ALUNOS E PROFESSORES DA
UNIDADE ESCOLAR JOÃO JOSÉ BATISTA EM SÃO JOÃO DA CANABRAVA-PI.**

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado ao Curso de Ciências Biológicas como requisito parcial para obtenção do título de Graduado em Licenciatura Plena em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Piauí - UFPI, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros - CSHNB.

Orientador: Prof. Dr. Luis Evêncio da Luz.

PICOS-PI

2014

FICHA CATALOGRÁFICA
Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

A663p Araújo, Danielle Maria de.
Percepção e práticas ambientais dos alunos e professores da
Unidade Escolar João José Batista em São João da Canabrava-
PI. / Danielle Maria de Araújo. – Picos,PI, 2014.
67 f.
CD-ROM : 4 ¾ pol.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências
Biológicas) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2019.

Orientador(A): Prof. Dr. Luis Evêncio da Luz.

1. Educação Ambiental. 2. Atuação Profissional – Professor
- Escola. 3. Meio Ambiente – Ação Social. I. Título.

CDD 372.357

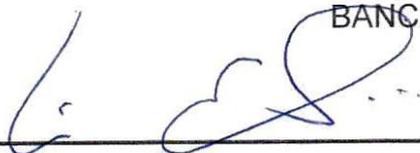
DANIELLE MARIA DE ARAÚJO

**PERCEPÇÃO E PRÁTICAS AMBIENTAIS DOS ALUNOS E PROFESSORES DA
UNIDADE ESCOLAR JOÃO JOSÉ BATISTA EM SÃO JOÃO DA CANABRAVA-PI.**

Monografia apresentada em: ____ / ____ / ____

Monografia apresentada em: 12 / 01 / 2015

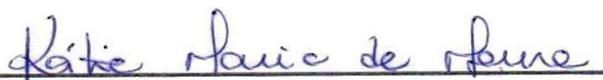
BANCA EXAMINADORA



Presidente: Prof.Dr. Luis Evêncio da Luz



Membro (1): Prof.Dr. Felipe Cavalcante Carneiro da Silva



Membro (2): Prof: Esp.Kátia Maria Moura

Suplente: Prof: Esp. Nilda Masciel Neiva Gonsalves

PICOS-PI

2014

Dedico em especial a Deus, meu pai eterno
que me dar forças para crescer a cada etapa da
vida. A minha família pelo incentivo e apoio
durante essa caminhada

AGRADECIMENTOS

Aproveito a oportunidade para agradecer a todas as pessoas que ajudaram de alguma forma na execução desta monografia. Agradeço a DEUS, em primeiro lugar, por estar presente em todos os momentos da minha vida, sem a qual não poderia ter sido realizada a presente pesquisa.

Aos meus queridos e amados pais, Maria Vilane de Araújo e José Cirilo de Araújo Filho pelo exemplo de vida, pelo imenso amor, dedicação, confiança depositada em mim, pelas palavras de otimismo e compreensão. Obrigada por tudo sem vocês eu não teria vencido.

Ao meu orientador Luis Evêncio da Luz, pela paciência, orientação, incentivo, apoio e colaboração ao longo deste trabalho. Obrigada! Aos membros da banca examinadora pela disponibilidade. Enfim, a todos que contribuíram direta ou indiretamente para que esse sonho fosse realizado!

“A educação é um processo social, é desenvolvimento. Não é a
preparação para a vida, é a própria vida”

John Dewey

RESUMO

Esse Trabalho tem o objetivo de contribuir com o processo de discussão sobre a atuação da escola frente à questão ambiental, a partir de um olhar sobre a realidade concreta, em que estão inseridas as problemáticas existentes na Unidade Escolar João José Batista em São João da Canabrava- Piauí. A presente pesquisa teve como objetivo geral diagnosticar como a educação ambiental está sendo abordada, identificando as dificuldades e avaliando se as mesmas estão preparadas para este ensino. Como objetivos específicos procurou-se verificar a qualificação dos professores e suas respectivas metodologias e estratégias de ensino da educação ambiental; analisar como a educação ambiental vem sendo trabalhada pelos professores, de forma que os alunos aprendam e vivenciem teorias e práticas; mostrar a realidade enfrentada pelas escolas no que se refere à educação ambiental; verificar se há a coleta seletiva do lixo; analisar se existe um programa de reciclagem na escola; verificar a postura dos professores com relação aos cuidados do meio ambiente. Os procedimentos metodológicos utilizados foram a pesquisa bibliográfica e pesquisa documental através de leituras em livros, artigos, sites da internet, leis e revistas. E também a pesquisa de campo, de cunho qualitativo, realizada com os professores e alunos da referida escola utilizando como instrumental o questionário semi-estruturado. Respaldoando-se nos principais autores como: Beserra (1999); Carvalho(2001); Dias(2012); Garcia (1993). Foi feita a análise da atuação da escola frente às problemáticas existentes em relação à questão ambiental. Diante dos resultados da pesquisa, conclui-se que a escola desenvolve ações como Componente Social, atuando na perspectiva de despertar a consciência da população trabalhada, refletindo que nossas ações cotidianas interferem plenamente na preservação do Meio Ambiente.

Palavras-chave: Escola, Questão Ambiental. Atuação Profissional.

ABSTRACT

This work aims to contribute to the discussion process on the front school performance to environmental issues, from a look at the reality in which they operate the existing problems in the school unit João José Batista in São João da Canabrava - Piauí. This research aimed to diagnose as environmental education is being addressed, identifying difficulties and assessing whether they are prepared for this ensino. Como specific objectives we sought to verify the qualifications of teachers and their teaching methodologies and strategies environmental education; analyze how environmental education has been worked by teachers so that students learn and to experience theories and practices; show the reality faced by schools in relation to environmental education; check for the selective collection of waste, analyze if there is a recycling program at school, check the position of teachers in relation to the care of the environment ambiente. Os methodological procedures used were literature and documentary research by reading books, articles, internet sites, laws and magazines. Also, the field research, a qualitative one, conducted with the teachers and students of that school using as instrumental semi-structured questionnaire. Is backing us as principal authors: Beserra (1999); Carvalho (2001); Dias (2012); Garcia (1993). The analysis of the school a performance to existing problems in relation to environmental issues was made. With the results of the research, it is concluded that the school develops actions as Social Component, acting with a view to raising awareness of the population worked, reflecting that our everyday actions interfere fully in the preservation of the environment.

Keywords: School,. Environmental Issues. Professional Practice.

LISTAS DE TABELAS

TABELA 01 -Caracterização sociodemográfico.....	31
TABELA02 -Distribuição dos professores entrevistados segundo características profissionais.....	32
TABELA 03 -Caraterização socioeconômica dos alunos.....	39

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 -Educação Ambiental.....	34
GRÁFICO 02 -Principais dificuldades enfrentadas pelos professores no ensino da educação ambiental	35
GRÁFICO 03 - Insuficiência de material didático para o ensino da educação ambiental	36
GRÁFICO 04 - Incentivo da escola quanto às boas práticas ambientais.....	36
GRÁFICO 05 - Conscientização dos professores quanto a utilização da água	38
GRÁFICO 06 -Conscientização dos professores quanto a utilização sustentável da energia.....	39
GRÁFICO 07 -Motivos pelos quais o ensino da educação ambiental deve entrar na escola regular	40
GRÁFICO 08 -Dificuldades visualizadas pelos alunos ao ensino da educação ambiental	41
GRÁFICO 09 - Formas de incentivos as boas praticas ambientais separação do lixo, utilização adequada dos recursos hídricos e reciclagem de papel	41
GRÁFICO 10 - Mostrar a conscientização dos alunos quanto a utilização dos recursos hídricos.....	42
GRÁFICO 11 - Conscientização dos recursos hidrelétricos	42

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 REVISÃO DE LITERATURA	14
2.1 Breve Histórico da Educação Ambiental no Brasil.....	14
2.2 Contexto Histórico da Legislação Ambiental no Brasil	25
3 METODOLOGIA	29
3.1 Área de estudo	29
3.2 Período e local de estudo.....	29
3.3 População e amostra.....	30
3.4 Coleta de dados	30
3.5 Análise dos dados	30
3.6 Aspectos éticos	30
4 RESULTADOS	31
4.1 Visão dos professores.....	31
4.2 Caracterização sociodemográfica	31
4.3 Caracterização profissional	32
4.4 Educação ambiental	33
4.5 Visão dos alunos	39
4.6 Caracterização sociodemográfica dos alunos.....	39
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
6 REFERÊNCIAS	47
APÊNDICE	50
APÊNDICE A	51
APÊNDICE B	56
APÊNDICE C	60

1 INTRODUÇÃO

A temática abordada no decorrer desse trabalho considera como objeto de intervenção da biologia a “questão social”, decorrente das relações contraditórias entre ser humano e o ambiente. Contudo, o objetivo desse trabalho é analisar a percepção de professores e alunos da escola João José Batista frente à questão ambiental.

A questão ambiental é uma temática que vem sendo abordada recentemente como uma preocupação, porém não é uma problemática nova, pois emergiu desde o crescimento populacional nas cidades. Contudo, passou a ser uma preocupação perante a sociedade, após devastações incessantes com a natureza, trazendo assim consequências drásticas para o planeta, como o aquecimento global.

A Educação Ambiental surgiu a partir da necessidade obtida através das expressões da questão social que assolava o Brasil, com a migração dos trabalhadores rurais para as cidades, com a ascensão do capitalismo, o aumento da produção industrial e o avanço da tecnologia. O consumismo cresce compulsivamente, causando consequentemente problemas ambientais como: produção exagerada de lixo, utilização de recursos naturais, dentre outras questões ambientais.

Ressalta-se aqui a relevância da atuação da escola na temática do meio ambiente, especificamente na questão ambiental, trazendo como estratégia a educação ambiental e o desenvolvimento sustentável como meios de amenizar as problemáticas decorrentes da devastação do Meio Ambiente causada pela ação do ser humano.

Para obtenção dos resultados, faz-se necessário tecer considerações importantes que serão descritas no decorrer deste trabalho, sendo dividido em três capítulos com os seguintes títulos: Em um primeiro momento será tratado breve histórico da educação ambiental no Brasil, como também uma contextualização histórica da legislação ambiental no Brasil, no segundo momento discorreremos sobre a metodologia utilizada, seguindo com a análise dos questionário aplicados.

Portanto, percebe-se que a questão ambiental é um campo de atuação da biologia, pois é nas expressões da “questão social” na qual este profissional vai desenvolver a sua visão crítica e teleológica na conjuntura das relações sociais.

Ressaltando que é de suma importância esse trabalho para área da biologia,

pois aborda a atuação biólogo na Questão Ambiental, que é uma temática pouco discutida atualmente, considerando um campo de atuação desse profissional como novas demandas a serem executadas diante da sensibilização e conscientização da população no combate desta problemática. Contudo, é uma temática pouco discutida e abordada, pois existem poucas produções científicas para o embasamento teórico de indivíduos que vier a se interessar por esse tema. Na análise local, é bastante relevante essa área, pois gera visibilidade e reconhecimento da profissão em si.

Sabendo que a educação ambiental é uma questão que deve ser trabalhada de forma interdisciplinar, deve-se levar em consideração que esta proposta de trabalho poderá servir como um auxiliar na educação ambiental.

O problema de pesquisa deste trabalho tem como pergunta de partida a seguinte questão: como se tem trabalhado a Educação Ambiental no ensino de Biologia. Sendo utilizado como objetivos: Compreender de que maneira a educação ambiental vem sendo trabalhado no ensino de Biologia na escola João José Batista; Discutir a educação ambiental a partir de sua definição propor atividades e sugestões de educação ambiental para a população e discutir a importância da educação ambiental para a organização de um município.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Breve Histórico da Educação Ambiental como uma expressão de questão social

Desde o aparecimento da espécie humana neste planeta, existe uma interação entre o homem e o meio. Thomas (p. 35, 1998) diz que “esta interação é um aspecto intrínseco do desenvolvimento do homem”. A capacidade de modificar suas relações com o meio natural e o meio criado, isto é, o meio social e cultural, e de transformar o próprio meio passou por várias etapas.

Thomas (1998, p. 35) ainda afirma que:

A esse respeito, os aspectos que distinguem fundamentalmente a sociedade contemporânea daquelas que a precedem são a rapidez das modificações do meio, provocadas pela revolução científica e tecnológica, seu caráter massificador e a universalidade de algumas de suas conseqüências.

Consta na obra de Thomas (1998, p.45-67) os problemas do meio ambiente, que se englobam frequentemente na expressão “crise ecológica”, são de natureza, envergadura e complexidade muito diversas. A fome e a desnutrição; as disparidades notórias entre as populações humanas, relacionadas à qualidade de sua existência; a deterioração dos ecossistemas e das paisagens; a desertificação; a crescente escassez dos recursos e os desperdícios; as múltiplas causas da nocividade e da poluição; e degradação da qualidade de vida justificou amplamente o alarme surgido nos últimos trinta anos.

Continua Thomas (1998) existem problemas ambientais em todos os países e em todas as fases do desenvolvimento econômico, mas quase sempre a abordagem é bem diferente de um país para outro. Alguns desses problemas são mais frequentes nos países industrializados, enquanto outros ocorrem mais amiúde nos países em desenvolvimento.

Bem como, fatores como as condições precárias de vida, do ponto de vista da nutrição e da saúde; a devastação dos bosques; a perda natural da fertilidade dos solos ou a fraca produtividade do trabalho humano, devido a doenças ou desnutrição, estão frequentemente relacionadas com um desenvolvimento insuficiente.

Conforme o mesmo autor (p. 50), “a miséria agrava a vulnerabilidade dos países diante dos problemas em curto prazo como as calamidades naturais ou a poluição das zonas de pesca provocada pelo petróleo, ou, mais a longo prazo, a desertificação”.

De acordo com Bezerra (1999) a satisfação das diversas necessidades humanas, associada ao consumo excessivo de recursos e ao rápido crescimento demográfico, vem exercendo forte pressão sobre o meio ambiente, ou seja, diretamente, com a exploração em demasia das riquezas não-renováveis e dos potenciais de produção; indiretamente, com a produção de quantidades excessivas de resíduos, em relação à capacidade de absorção e de depuração do meio natural.

Sendo assim, observa-se o rápido desaparecimento de um grande número de espécies animais e vegetais. Além disso, à utilização e à distribuição dos produtos do trabalho humano, bem como às formas de organização social em âmbito nacional e internacional, em muitos casos, grandes grupos humanos ficaram reduzidos a uma situação de pobreza e alienação cultural (BEZERRA,1999)

A humanidade está tomando consciência da envergadura desses danos e destruições. Sabemos hoje que um grande número de atividades humanas pode ter consequências graves, e, às vezes, irreversíveis, que não é possível multiplicar indefinidamente os homens, os espaços, os recursos e as máquinas. Por outro lado, nos demos conta de que alguns danos ao meio ambiente podem afetar regiões muito extensas (poluição do mar) ou até mesmo todo o planeta (poluição radioativa) (CARVALHO, 2008)

É bem verdade que o homem soube explorar e utilizar os recursos da biosfera para viver melhor, mas desde o século XIX essa evolução tem proporcionado vantagens imediatas, sem considerar nem prever as consequências, a longo prazo, de tais atividades para o meio ambiente. Essa “crise ecológica” parece estar ligada ao mito do domínio da natureza pelo homem. Ao insistir em seu poder de conquista, com sua capacidade de resolver todos os problemas, o homem contribuiu para criar a situação drástica que se apresenta atualmente (MIDA, 2012).

Dessas raízes culturais resulta uma concepção técnica, econômica e utilitária do mundo, segundo a qual atribuiu-se um valor absoluto ao crescimento, considerado como o único meio de se conquistar o progresso social. Espera-se que a produtividade seja o valor supremo, á medida que ela não consiste apenas em

aumentar os bens materiais, mas em generalizar o domínio da natureza pelo homem (RIBEIRO,1994,p.52)

Bezerra (1999) acrescenta que, além disso, o conceito de produtividade não se aplica exclusivamente à alimentação, habitação ou vestuário, mas se refere também a fabricação de bombas ou de bens supérfluos, ou ainda à destruição de produtos de primeira necessidade, sacrificados em favor da lógica do funcionamento do mercado internacional, quase sempre desumana. Cabe, pois, perguntar para que serve essa produtividade e se as diversas depredações causadas ao meio ambiente não seriam atribuíveis a um crescimento mal controlado..

A partir da Revolução Industrial, a sociedade admitia um caráter antropocêntrico e já no final do século XVIII, o processo de produção e consumo de bens se intensificou de tal maneira que nasce o desrespeito aos elementos naturais, pois o homem não retira mais da natureza somente aquilo que necessita para sua sobrevivência, mas passa a caracterizar-se pela agressão aos ecossistemas, esgotamento dos solos e se torna um predador (MENDONÇA, 1996).

Nesse contexto, vieram as necessidades de consumo que nasceram junto com a sociedade urbano-industrial, o que gerou mais agressão e mais escassez, bem como a intensificação grave da degradação ambiental.(REIGOTA,1995,p.75)

E no sistema capitalista, atual modelo de desenvolvimento econômico que a sociedade humana tem se mostrado cada vez mais predatória, perversa e injusta e, conseqüentemente, insustentável. Daí a razão pelas quais muitas discussões acerca da questão ambiental têm passado, especialmente no âmbito educacional(MICHEL,2005)

A idéia de conscientização em torno da crise de uma existência global teve início nos países europeus e americanos e aconteceu em decorrência da ação predatória do homem (GARCIA, 1993).

Foi a partir dessa conscientização que governos de diversos países foram progressivamente aderindo à idéia de degradação ambiental e iniciaram ações que passaram a discutir as primeiras propostas de educação em relação ao meio ambiente(SORRENTINO,2005)

A Educação Ambiental, nesse contexto surgiu em meados da década de 70 com a realização da Primeira Conferencia Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano, realizado em Estocolmo na Suécia. Foi nessa primeira

conferencia que, pela primeira vez, trouxe-se para o centro das discussões a questão ambiental e a transportou para o contexto educacional.(SOUZA,2007)

No ano de 1977 foi na cidade de Tbilisi quem realizou-se uma Conferencia Internacional sobre educação ambiental. Nesta conferência, definiu-se estratégias, finalidades, objetivos e princípios da educação ambiental e assim, determinou-se que a educação ambiental seria dotada de uma abordagem de caráter interdisciplinar. (SOUZA,2003)

Nas décadas de 80 e 90 as discussões sobre educação ambiental também foram amplas e passou-se a observar a importância de não somente implantá-la nos sistemas de ensino, mas também para a melhoria da qualidade de vida das pessoas (RIBEIRO, 1994).

Conforme diz Dias (1991), Reigota (1995) e Nunes (1998) a educação ambiental é o instrumento de que a sociedade dispõe para recriar valores perdidos e nunca antes alcançados e ainda que é capaz de conduzir crianças e adultos à importância da valorização das formas de vida do planeta.

Para Pessoa e Silva (1999), a educação ambiental implica em uma filosofia que leva o homem a uma consciência ecológica.

No Brasil, a educação ambiental passou a ser motivo de preocupação a partir da década de 80, sendo que a primeira referencia legal sobre essa educação no Brasil aconteceu por meio da Lei n. 6.938/81, onde o Governo Federal dispôs que essa modalidade de educação fosse oferecida em todos os níveis de ensino.(BEZERRA,1999)

Com a Constituição Federal de 1988 as preocupações com a área ambiental tão somente se intensificaram e em parceria com as constituições estaduais buscaram amenizar os problemas ambientais e recomendaram a educação do meio ambiente para todos os níveis de ensino. É bem verdade que, na prática, devido a fatores de caráter estrutural em que se insere o sistema educacional, tal recomendação ainda não veio a tornar-se efetivamente legitimada (BRASIL, 1997).

Na década de 90, a educação ambiental para além de uma preocupação tornou-se problemática de programas e políticas no âmbito educacional. Em 1992, o Brasil realizou a ECO /92 em que se trouxe programas voltados para a educação ambiental a fim de capacitar o sistema formal de ensino e contribuir com a formação de atitudes e difusão do conhecimento para proteger o meio ambiente (BRASIL, 1998).

Em 1996, o MEC elaborou e divulgou em caráter nacional e internacional os Parâmetros Curriculares Nacionais (PNC'S) e neles indicou a dimensão ambiental fomentando-a como tema transversal, ou seja, que deve permear todas as disciplinas e possibilita que o trabalho docente, mesmo em sua área específica, possa adequar o tratamento para incluir o tema educação ambiental. (CARVALHO,2008)

Finalmente, a Lei n. 9.795 de 27/04/1999 passa a instituir a educação ambiental como componente curricular de todos os níveis da educação formal.

Desde que foi instituída como componente curricular pressupõe-se que a educação ambiental não deve mais ser confundida com o ensino de ecologia, ou seja, a educação ambiental não deve ser aquela preocupada apenas com a preservação dos recursos naturais e com as espécies animais e vegetais. A educação ambiental na perspectiva curricular é muito mais abrangente, é, pois, um processo em que são utilizados vários conhecimentos e de forma interdisciplinar que possam promover além da compreensão, a conscientização dos mecanismos de inter-relação que se tem. Por outro lado, a educação ambiental deve ser ainda, uma prática social capaz de renovar o processo educativo e não se admite assim, o ensino fragmentado como se colocam ou se pensa na prática, com conteúdos apoiados pelo paradigma positivista.(RIBEIRO,1994)

Assim sendo, a educação ambiental deve ser trabalhada tendo como base a perspectiva holística e que se apóia, sobretudo, numa metodologia que venha a desenvolver práticas de ordem multi, pluri, inter e transdisciplinar (REIGOTA,1995)

Tendo como base esses pressupostos Silva e Sales (2000) dizem que a educação do meio ambiente deve se constituir numa prática concentrada no desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações e supõe-se que este processo de ensino e aprendizagem deva conduzir o aluno a partir da pré-escola (SILVA; SALES, 2000).

De acordo com Silva e Sales (2000, p. 15)

Acreditamos que é através do exercício da Educação Ambiental que o aluno vai perceber os valores que transformam o ambiente físico e social à sua volta, no seu lugar de viver, seja na sua casa, no seu bairro, na sua cidade, no seu país ou no seu planeta.

Já na visão de Matsushima (1991) para que seja possível se perceber estes valores de que tratam a fala acima o aluno precisa antes de tudo, compreender as

questões ambientais que estão inseridas no seu meio ambiente e de convivência e que fazem parte, pois, de seu cotidiano.

A educação ambiental não é um momento da aula, mas deve ser uma prática permanente do processo de ensino e aprendizagem, tendo em vista que a escola é o lócus privilegiado para que a conscientização aconteça, ate porque é na escola que seus integrantes devem vivenciar suas práticas de valores morais que, por sua vez, devem atuar de forma coletiva.(MICHEL,2005)

Com efeito, a educação para o meio ambiente ou do meio ambiente deve ser avaliada a partir das representações sociais que os alunos possuem sobre o meio ambiente.

A questão ambiental surge como uma expressão da questão social gerada a partir da migração do homem para as cidades, acarretando assim, uma superpopulação nas cidades, causando muitos problemas sociais como: acumulação de lixos, pobreza, miséria, dentre outros. Como aborda Zuquim et al. (2012, s/p),

Entretanto, do ponto de vista histórico, pode-se afirmar que os problemas relacionados ao meio ambiente não são recentes, assim como não é recente a preocupação que ele desperta. Segundo Dias (2003), a preocupação com a proteção da natureza vem se manifestando desde a Antiguidade. Contudo, a crise ambiental intensificou-se ao longo do século XX [...].

A devastação da natureza com o consumo exagerado dos recursos naturais utilizados como matéria-prima das indústrias provocou um grande problema para a sociedade, pois a maioria dos recursos utilizados não são renováveis, o que traz a tona uma preocupação: como economizar esses recursos? Com isso, os pesquisadores começam a se articular inventando energias renováveis, como a eólica e solar, apelando assim para a sensibilização das sociedades na economia da água, como também de outros recursos não renováveis. Nesse sentido, Zuquim et al. (2012, s/p) afirma,

[...] a partir dos anos 60 essa consciência tornou-se mais solidificada principalmente, com a publicação do livro "Primavera Silenciosa" lançado em 1962 por Rachel Carson. Foi a partir desse período que houve uma intensificação dos movimentos ambientalistas, que passaram a mobilizar a comunidade internacional, realizando diversos encontros e convenções, que tiveram como finalidade principal estabelecer princípios, planos de ação, diretrizes, metas e estratégias para atender aos desafios vigentes, e propor condições para a construção de uma conscientização norteada pela Educação Ambiental, visando uma sociedade sustentável.

A questão ambiental é uma temática que vem sendo abordada recentemente como uma preocupação, porém não é uma problemática nova, pois emergiu desde o crescimento populacional nas cidades em decorrência das fábricas. Contudo, passou a ser uma preocupação perante a sociedade, após devastações incessantes com a natureza, trazendo assim consequências drásticas para o planeta, como o aquecimento global. Como elenca Silva (2010, p. 67) ao conceituar questão ambiental,

[...] refere-se a um conjunto de deficiências na reprodução do sistema, o qual se origina na indisponibilidade ou escassez de elementos do processo produtivo advindos da natureza, tais como matérias-primas e energia e seus desdobramentos ideopolíticos. Em outras palavras, trata-se da incapacidade do planeta de promover, indefinidamente, os recursos necessários à reprodução da vida, em condições históricas e sociais balizadas pelo alto nível de produção e consumo.

A partir da preocupação com o Meio Ambiente, os movimentos ambientalistas¹ se reúnem organizando e participando de vários encontros nacionais e internacionais, em prol de garantir visibilidade a essa questão. No entanto, vale ressaltar uma problemática presente no capitalismo que interfere no cotidiano dos movimentos ambientais: a obsolescência programada². Esta é uma medida tomada pelos economistas após a crise mundial, na garantia de controlar essa crise com a fabricação exagerada de produtos globalizados, visando assim ao consumo da população, afetando conseqüentemente o Meio Ambiente. Com isso fica a indagação: para que servem os movimentos ambientais? Educar a população a jogar no lixo. Como já foi afirmada, a realidade será transformada apenas com a mudança do modo de produção vigente. Printes (2012, s/p) reforça o entendimento:

¹Existem várias polêmicas em torno dos movimentos ambientais, sendo que a principal é que a maioria está inserida e é financiada por ONG's. Alguns afirmam que os mesmos não tentam transformar a realidade ambiental, mas apenas educar e conscientizar. No entanto, a transformação seria possível se mudasse o modo de produção capitalista, e não apenas utilizando a prática da educação ambiental.

² Abordamos um exemplo sobre obsolescência programa: as tomadas foram substituídas por entradas de três pontos, sendo que a população terá que substituir os interruptores da parede, como também está comprando os produtos que o mercado oferece. Com isso os aparelhos eletrônicos não são mais utilizados, mas que ainda funcionam, vão ser jogado no lixo, ou produzindo mais lixo através da utilização de adaptadores, causando o aumento de lixos eletrônicos e tóxicos, provocando impactos ao Meio Ambiente e na qualidade de vida da população.

Essa prática, intitulada de Obsolescência Programada, basicamente se aplica toda vez que os fabricantes produzem um ou vários produtos que, artificialmente, tenham, de alguma forma, sua durabilidade diminuída do que originalmente se espera. Como efeito, os consumidores são obrigados a descartar os produtos adquiridos em um prazo muito menor e a substituí-los por novos, que provavelmente também tiveram sua durabilidade alterada.

Contudo, vale mencionar que os movimentos ambientais participam de vários encontros na busca por reconhecimento. Como afirma a autora Miola (2012 ,s/p):

Dentre os muitos encontros internacionais que sucederam, a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano (Conferência de Estocolmo) merece destaque. Organizada pela ONU em 1972, na Suécia, o evento reuniu 113 países e se tornou um marco histórico para o movimento ambientalista. Nele ficou decidido que, para preservar os recursos naturais necessários à sobrevivência da humanidade, seria preciso mudanças profundas nos modelos de desenvolvimento, nos hábitos e comportamentos de toda a sociedade. Reconheceu-se também que a única forma de se atingir esse objetivo seria por meio da Educação.

Dessa forma, a partir dessa Conferência foi elaborada uma Declaração sobre o Meio Ambiente, que aborda propostas para os governantes como a criação de políticas ambientais, voltadas para a compreensão do cidadão no combate à crise ambiental que assola o mundo com a globalização(RIBEIRO,1994)

Desse modo, aparece a Educação Ambiental (EA), que é a concretização do desenvolvimento da função pedagógica utilizada no combate à questão ambiental. Nela é usada uma abordagem de minimização dos problemas ocorridos ao Meio Ambiente como: devastação, poluição e entre outros problemas existentes. A Educação Ambiental aborda a estratégia de sustentabilidade, reciclagem e de melhorias para o Meio Ambiente.

Como respalda Miola (2012 s/p),

Surge, então, a “Educação Ambiental” (EA), com a finalidade de promover a compreensão das relações políticas, sociais e ecológicas da sociedade e induzir novas formas de conduta nos indivíduos e nos grupos sociais, na busca de soluções para os problemas ambientais e para a melhoria da qualidade de vida. (grifo da autora)

A Educação Ambiental surgiu a partir da necessidade obtida através das expressões da questão social que assolava o Brasil, com a migração dos trabalhadores rurais para as cidades, com a ascensão do capitalismo, o aumento da

produção industrial e o avanço da tecnologia. O consumismo cresce compulsivamente, causando conseqüentemente problemas ambientais como: produção exagerada de lixos, utilização de recursos naturais, dentre outras questões ambientais (MIDA,2012).

No entanto, esse processo perpassa no Brasil durante o período do regime ditatorial, dificuldades assim, o desenvolvimento dos objetivos e metas a serem almeçadas pela Educação Ambiental. Como aborda Miolo (2012, s/p),

A Educação Ambiental foi vista como revolucionária e subversiva, sendo devidamente “congelada” pelo governo. Além disso, o apelo ambiental também gerou controvérsias. Os países mais pobres, como o Brasil, acusaram os países desenvolvidos de usar as políticas ambientais de controle da poluição como um meio de inibir seu crescimento econômico e a capacidade de competição no mercado internacional. A delegação brasileira presente na Conferência de Estocolmo chegou até mesmo a afirmar que o Brasil não se importaria em pagar o preço da degradação ambiental, se isso implicasse no aumento do seu Produto Interno Bruto. As pressões do Banco Mundial, entretanto, obrigaram o Brasil a ir, aos poucos, promovendo ações de controle ambiental (mesmo que a contragosto e com grandes distorções). (grifos da autora)

Diante de muitas controvérsias, com o desenvolvimento da Educação Ambiental, essa preocupação começa a ser visível a partir da Primeira Conferência em Educação Ambiental. Como enfatiza Souza (2003, s/p),

Em 1977, ocorreu a Primeira Conferência sobre Educação Ambiental, Tbilisi Geórgia, considerado o mais importante evento para a evolução da EA no mundo. A “Conferência de Tbilisi”, como ficou conhecida, contribui para precisar a natureza da EA, definindo seus objetivos, características, recomendações e estratégias pertinentes ao plano nacional e internacional. Foi recomendado que a prática da EA deva considerar todos os aspectos que compõem a questão ambiental, ou seja, aspectos políticos, sociais, econômicos, científicos, tecnológicos, éticos, culturais e ecológicos, dentro de uma visão inter e multidisciplinar.

Contudo, a Educação Ambiental passa a ser reconhecida no mundo, com uma proposta de repassar informações a toda população, na garantia de uma participação ativa em prol da preservação do Meio Ambiente e na sensibilização dos indivíduos em defender essa questão, combatendo os problemas ambientais e evitando-os. Na Conferência, foi elaborado o conceito de Educação Ambiental. Como afirma Unesco (1971, apud SOUZA, 2003, s/p), esse conceito serve para,

Formar uma população mundial consciente e preocupada com o ambiente e com os problemas que lhe dizem respeito, uma população que tenha conhecimentos, as competências, o estado de espírito, as motivações e o sentido de participação e engajamento que lhe permitam trabalhar individualmente para resolver problemas atuais e impedir que se repitam.

A partir desse conceito, percebe-se que a Educação Ambiental busca transformar os cidadãos em sujeitos conscientes e críticos, na perspectiva de amenizar os problemas ambientais e possivelmente erradicá-los, levando uma vida ecologicamente saudável.(SORRENTINO,2005)

Todavia, a partir do surgimento da Educação Ambiental com a Conferência de Estocolmo, ela já nasce como uma proposta de uma política social ambientalista no Brasil. Como afirma Sorrentino et. al. (2005, p. 289),

O meio ambiente como política pública, não pontual, no Brasil, surge após a Conferência de Estocolmo, em 1972, quando, devido às iniciativas das Nações Unidas em inserir o tema nas agendas dos governos, foi criada a SEMA (Secretaria Especial de Meio Ambiente) ligada à Presidência da República. Mas apenas após a I Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental de Tibilise, em 1977, a educação ambiental foi introduzida como estratégia para conduzir a sustentabilidade ambiental e social do planeta.

A Educação Ambiental, como política social, objetiva um mundo mais sustentável, ecologicamente desenvolvido, e foi a partir do Relatório de Brudtland como ressalta Sorrentino et. al. (2005, p. 289),

Em 1983, [...] foi criada a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e, em 1987, a comissão publicou Nosso futuro comum, que ficou conhecido também como Relatório Brudtland. A partir desse relatório, o conceito de desenvolvimento sustentável passou a ser utilizado em substituição à expressão eco desenvolvimento e constituiu a base para a reorientação das políticas de desenvolvimento e sua relação direta com as questões ambientais.

Desse modo, a partir de todo esse processo do surgimento da Educação Ambiental como política social, tem-se como gestor dessa política o Ministério da Educação e do Meio Ambiente. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o VI capítulo fala sobre o Meio Ambiente;

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para os presentes e futuras gerações. (BRASÍLIA, 1988).

Portanto, é instituída uma lei que rege essa política, Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) de nº. 9.9795, de 27 de Abril de 1999 que estabelece no art 1º,

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999, s/p).

A partir dessa conquista, a temática sobre o Meio Ambiente se expandiu, a questão ambiental e a educação ambiental tornam-se uma necessidade com a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Como destaca Zuquim et al. (2012, s/p),

Através dela foi estabelecida a obrigatoriedade da Educação Ambiental em todos os níveis do ensino formal da educação brasileira. Neste sentido, a lei 9.765/99 deve ser mencionada como um marco importante da história da Educação Ambiental no Brasil, porque ela resultou de um longo processo de discussões entre ambientalistas, educadores e governos. A Educação Ambiental foi instituída como obrigatória em todos os níveis de ensino e considerada um componente da educação fundamental. Nesse sentido tem sido estimulada a assimilação da questão ambiental como um tema transversal dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN buscando capacitar professores e disponibilizar materiais didáticos.

Com esses reconhecimentos adquiridos após a conquista da Constituição Federal de 1988 e com a PNEA, a educação ambiental passa a ser uma obrigatoriedade perante a sociedade, como uma prática de ação transformadora das relações sociais. Nesse sentido, Carvalho (2008, p. 158, apud ZUQUIM et al., 2012, s/p) afirma,

Seja no âmbito da escola formal, seja na organização comunitária, a Educação Ambiental pretende provocar processos de mudanças sociais e culturais que visam obter do conjunto da sociedade tanto a sensibilização à crise ambiental e à urgência em mudar os padrões de uso dos bens ambientais quanto o reconhecimento dessa situação e a tomada de decisões a seu respeito (CARVALHO, 2008, p. 158).

As demais leis que asseguram a Educação Ambiental como uma política social serão abordadas e aprofundadas no decorrer do item posterior. Foram abordadas as principais leis que tratam sobre Meio Ambiente, o Regimento do Pau Brasil, Decreto nº 24.643 de 10 de Julho de 1934 que institui o Código de Água, o Código de Caça e Pesca, o Código Florestal Lei nº 12.651, a Política Nacional do

Meio Ambiente (PNMA), a Política Nacional de Educação Ambiental e dentre outras abordadas adiante.

2.2 Contexto Histórico da legislação Ambiental no Brasil

O processo histórico das legislações ambientais no Brasil perpassa três momentos: a fase fragmentária, fase setorial e fase holística. Como aborda Farias (2007, s/p), em relação à fase fragmentária,

É caracterizada pela não existência de uma preocupação com o meio ambiente, a não ser por alguns dispositivos protetores de determinados recursos ambientais.

Nessa primeira fase, era proibido o corte de árvores frutíferas, o corte ilegal de madeira e a proibição de jogar qualquer material nos rios, lagos, mares e lagoas que contaminasse a água prejudicando assim a vida marinha. A preocupação era somente com os recursos da natureza, não sendo propriamente de inteira relevância com o Meio Ambiente como um todo.(BEZERRA,1999)

Nesse período, é criado “o primeiro Código Criminal de 1830 que tipificou como crime o corte ilegal de madeira” (FARIAS 2007, s/p). Surge também a Lei nº 601 de 18 de Setembro de 1850 que dispõe sobre as terras devolutivas do império. É proibido nessa lei se apossar em terras alheias ou devolutivas e nela derrubar matos ou queimá-los, sofrendo punições de prisão ou de pagar multa. Essa Lei é conhecida como Lei de Terras no Brasil.

Em 1605, surge a primeira lei de cunho ambiental no País, o Regimento do Pau Brasil, voltado à proteção das florestas. (JURISWAY, 2011, s/p).

Surge também o Decreto nº 24.643 de 10 de Julho de 1934, intitulado o Código de Água, permitindo ao poder público controlar e incentivar o aproveitamento industrial das águas.

Ainda na fase fragmentária, caracteriza-se também o Código de Caça e Pesca com o Decreto Nº. 23.672 de 02 de Janeiro de 1934; é aprovado através do abaixo- assinado pelos Ministros do Estado.

Na segunda fase denominada de fase setorial “que é marcada pela edição de normas com maiores referências às questões ambientais” (FARIAS 2007, s/p) dispõe sobre tais leis decorridas a seguir.

O Código Florestal Lei nº 12.651 de 25 de Março de 2012, intitulado como o Novo Código Florestal, aborda que as florestas no território nacional e as demais vegetações são bens de interesse comum de toda a população do país.

O novo Código aborda várias polêmicas, sendo a principal relacionada à preservação das margens dos rios considerados como Área de Preservação Permanente (APP). Essas áreas como morros, encosta, margens de rios e lagos. Esses lugares são considerados mais vulneráveis a deslizamentos, desmatamentos, erosão, enchentes e outros fenômenos causados em decorrência de desmatamentos, queimadas e outras consequências da falta de preservação do meio ambiente.(MICHEL,2005)

A maior discussão é porque essas áreas devem ser preservadas e conservadas. No entanto, já estão ocupadas pela população. E a principal diferença de um Código ao outro, é em relação ao tamanho da área da terra em que será permitido o desmatamento, à área que deve ser reflorestada e à punição de quem já desmatou.(REIGOTA,1995)

A Lei Nº. 4.504 de 30 de Novembro de 1964 institui o Estatuto da Terra. Esta lei regula os direitos e obrigações dos bens e imóveis rurais, para a execução da Reforma Agrária e a Política Agrícola.

A Lei Nº 5.197 de 03 de Janeiro de 1967 que dispõe da Lei de Proteção à Fauna, os animais de quaisquer espécie e fase de desenvolvimento que vive fora do cativeiro, bem como nos seus ninhos, abrigos e criadouros naturais são de propriedade do Estado, sendo proibida a sua caça, perseguição e apreensão desses animais.

Na fase setorial institui-se a Lei Nº. 6.453 de 17 de Outubro de 1977 que dispõe sobre as atividades de danos nucleares sendo de responsabilidade civil; que trata dos materiais radioativos e de sua utilização correta, evitando qualquer tipo de vazamento que venha a prejudicar os trabalhadores e toda a população.

Na terceira fase denominada de fase holística, Farias (2007, s/p) afirma que:

Surge o Direito Ambiental propriamente dito, com princípios, objetivos e instrumentos peculiares. Nessa fase desponta a idéia de intercomunicação e interdependência entre cada um dos elementos que formam o meio ambiente, o que faz com que esses elementos devam ser tratados de forma harmônica e integrados.

A partir dessa época, que perpassa a década de 1960 e 1970, a sociedade passa a se preocupar com as catástrofes que assolam o Meio Ambiente, como: o

buraco na camada de ozônio, o aquecimento global, vazamentos de petróleo contaminando mares e rios. Com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente que ocorreu em Estocolmo, na Suécia, em junho de 1972, a qual já foi salientada no decorrer dessa monografia, criou-se a Declaração Universal do Meio Ambiente. Nesse sentido Farias (2007, s/p) aborda de que se tratava essa declaração:

[...] declarava que os recursos naturais, como a água, o ar, o solo, a flora e a fauna, devem ser conservados em benefício das gerações futuras, cabendo a cada país regulamentar esse princípio em sua legislação de modo que esses bens sejam devidamente tutelados. Essa declaração abriu caminho para que a legislação brasileira, e as demais legislações ao redor do planeta, perfilassem a doutrina protetiva com a promulgação de normas ambientais mais amplas e efetivas.

Desse modo, a partir desse período, o Brasil passa a se preocupar com o Meio Ambiente de uma forma mais geral e global, elaborando então legislações com uma amplitude mais aprofundada.

É elaborada a Lei Nº. 6.938 de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), sendo caracterizada por Farias (2007, s/p) “como o primeiro grande marco em termos de norma de proteção ambiental no Brasil”. Essa Legislação aborda os objetivos, princípios e instrumentos na proteção do Meio Ambiente. No seu artigo 2º aborda:

A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana [...] (BRASIL, 1981, s/p).

O segundo marco é caracterizado pela Lei nº. 7.347 de 24 de Julho de 1985, que institui a Lei da Ação Civil Pública sendo responsável por danos causados ao Meio Ambiente. No seu artigo 1º aborda:

Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causado: ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; [...] por infração da ordem econômica e a ordem urbanística (BRASIL, 1985, s/p).

O terceiro marco é a elaboração da Constituição Federal de 1988, que traz o Capítulo VI inteiro falando sobre o Meio Ambiente, no artigo 225 aborda:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

O quarto e último marco mencionado por Farias (2007, s/p) é a Lei nº. 9.605 de 12 de Fevereiro de 1998, intitulada Lei de Crimes Ambientais, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividade lesivas ao Meio Ambiente. De acordo com Farias (2007, s/p) “essa Lei regulamentou instrumentos importantes da legislação ambiental como a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica e a responsabilização penal da pessoa jurídica”.

Outras Leis importantes que caracterizam o Meio Ambiente é a Lei Nº. 8.171 de 17 de Janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola, a qual aborda no seu artigo 1º:

Esta lei fixa os fundamentos, define os objetivos e as competências institucionais, prevê os recursos e estabelece as ações e instrumentos da política agrícola, relativamente às atividades agropecuárias, agroindustriais e de planejamento das atividades pesqueira e florestal (BRASIL, 1991).

E a Lei nº. 9.795 de 27 de Abril de 1999 que dispõe sobre a educação ambiental, instituindo assim a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), como já abordada no decorrer desse trabalho. Essa Política trata da Educação Ambiental (EA) como uma ação transformadora do Meio Ambiente. Abordando, como dever de todas as escolas, ensinar sobre os assuntos relacionados ao Meio Ambiente, principalmente na preservação do mesmo, com o objetivo de conscientizar a população a não poluí-lo.

No entanto, não é somente a aprovação dessas leis que vai amenizar os impactos provocados pela ação do homem, pois temos que cumprir o que está escrito em cada lei, conscientizando e sensibilizando a população no combate dessa causa. Com isso, os profissionais da área de biologia sendo esse profissional responsável para intervir frente a essa problemática de devastação do Meio Ambiente.

3 METODOLOGIA

3.1 Área de estudo

Trata-se de um estudo descritivo, exploratório, com abordagem quantitativa. As pesquisas descritivas têm como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou estabelecimento de relação entre variáveis, enquanto as pesquisas exploratórias têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito. Um estudo descritivo e exploratório vai além da simples identificação da existência de relação entre as variáveis, pretende determinar a natureza dessa relação (GIL, 2010).

Segundo Michel (2005), abordagem quantitativa constitui-se na busca de resultados precisos, exatos, comprovados através de medidas variáveis preestabelecidas, na qual se procura verificar e explicar sua influência sobre outras variáveis, através da análise da frequência de incidências e correlações estatísticas. Os resultados obtidos e comprovados pelo número de vezes em que o fenômeno ocorre ou com exatidão em que ocorre. A resposta que se busca na investigação deve ser obtida de forma numérica, exata e inquestionável.

Neste sentido, Polit; Beck (2011) acrescentam que o método quantitativo enfatiza objetividade na coleta e análise de informações e que os instrumentos utilizados na coleta de dados são testados com relação à sua confiabilidade e validade antes mesmo da coleta de dados propriamente dita, o que se denomina teste piloto e proporciona a análise das informações numéricas, através de procedimentos estatísticos.

3.2 Período e local do estudo

O período para desenvolvimento desse estudo compreendeu Agosto de 2014 a Dezembro de 2014, sendo escolhidos para essa pesquisa: A unidade escolar João José Batista na cidade de São João da Canabrava –Piauí. A pesquisa foi realizada nas dependências da escola, haja vista o estudo estar voltado para professores e alunos atuantes nessas instituições. O contato com os professores e a implementação da coleta de dados ocorreu no interior da sala de aula desses profissionais.

3.3 População e amostra

A população do estudo em questão foi constituída por 10 professores e 30 alunos atuantes nos locais citados anteriormente.

A amostra é então equivalente à população, sendo composta pelos profissionais que obedeceram aos seguintes critérios de inclusão: professores atuantes em escolas públicas e que atuassem há pelo menos seis meses e que trabalhassem diretamente com alunos, por possuírem uma maior vivência na sala de aula, tendo adquirido uma experiência para identificar a questão proposta.

Como critério de exclusão definiu-se: professores que estivessem em férias, de licença ou por algum outro motivo não estivesse presente durante o período da coleta os dados.

3.4 Coleta dos dados

Os dados foram coletados em Setembro de 2014, por meio de um formulário adaptado (APÊNDICE A) sobre a caracterização sociodemográfica e profissional dos professores.

Marconi e Lakatos (2006) explicam que o formulário deve ser preenchido pelo investigador, consistindo na coleta de informações diretamente do entrevistado.

3.5 Análise dos dados

Os dados estão apresentados de forma descritiva, com frequências absolutas e relativas, dispostos em tabelas ilustrativas. Para análise dos dados foi utilizado o software SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), versão 20.0. Os mesmos foram discutidos conforme literatura pertinente.

3.6 Aspectos éticos

Todos os participantes foram solicitados a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE C) em duas vias e receberam uma delas. Garantiu-se o anonimato e liberdade para participar do estudo ou desistir em qualquer momento, bem como a negação de qualquer prejuízo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Visão dos professores

4.2 Caracterização sociodemográfica

Traçou-se um perfil socioeconômico e demográfico dos professores onde constatou-se que, dez professores foram entrevistados sendo dois do sexo masculino e oito do sexo feminino, todos casados, possuindo na sua totalidade licenciatura plena no mínimo na área, tendo idade variando entre 25 a 55 anos, e com tempo de serviço no mínimo 10 anos de docência.

Tabela 1 caracterização sociodemografica

Variáveis	Quant:	%
Sexo		
Feminino	08	80
Masculino	02	20
Faixa etária (em anos)		
20 a 30	05	50
31 a 40	3	30
41 a 50	1	10
A partir de 51	1	10
Estado Civil		
Solteiro (a)	0	0
Casado (a)	10	100
Renda familiar mensal*		
01 a 03 salários	8	80
06 a 09 salários	2	20
Acima de 09 salários	0	0

Fonte: Autora, 2014.

*Salário Mínimo = R\$724,00

De acordo com a análise da tabela, pode-se verificar que, dentre a amostra, 80% eram do sexo feminino e 20% eram do sexo masculino, mostrando uma maior participação feminina na pesquisa. Com relação à faixa etária, observou-se predomínio dos professores mais jovens com idade compreendida entre 20 a 30

anos (50%), seguida das faixas etárias que variam de 31 a 40 anos com 30%, 41 a 50 anos e a partir de 51, ambas representando 10% dos professores entrevistados.

No presente estudo, a totalidade dos professores são casados (100%). A investigação sobre a renda familiar mensal mostrou que a maioria dos entrevistado reportaram viver com uma renda meia de 1 a 3 . Sabe-se que dados sobre as rendadas pessoas e das famílias, quando auto-informados, possuem alta imprecisão, dada a reticência dos declarantes sobre informações consideradas muito particulares (VERAS, 2007)

4.3 Caracterização Profissional

Na tabela 2 estão representadas as características profissionais dos professores participantes da pesquisa de acordo o tempo de trabalho na instituição atual, tempo de formação, realização de pós-graduação e/ou curso de capacitação, abordagem da temática em questão durante a formação profissional e quantidade de pacientes por dia de atendimento.

Tabela 2. Distribuição dos professores entrevistados, segundo características profissionais.

Variáveis	Quant.	%
Tempo de trabalho na instituição		
< 1 ano	0	0
1 a 5 anos	0	0
6 a 10 anos	10	100
Tempo de formação		
1 a 4 anos	2	20
5 a 10 anos	8	80
Pós-graduação		
Lato Sensu (Especialização)	10	100
Stricto Sensu (Mestrado)	0	0
Curso de capacitação		
Sim	0	0
Não	10	100
Abordagem do tema na formação profissional		
Sim	10	100
Não	0	0
Não lembro	0	0

Fonte: Autora, 2014.

Em relação ao tempo de trabalho na sua totalidade 100 % possui 6 a 10 anos na instituição.. A média do tempo de formação é de 5 a 10 anos, sendo a mínima de 1 ano e a máxima de 10 anos.

Dessa forma, pode-se observar uma média do tempo de trabalho inferior em 3,9 anos com relação a média do tempo de formação. Isso se deve provavelmente ao fato de que alguns profissionais, possivelmente tenham trabalhado em outras instituições anteriormente, talvez conciliem o trabalho em mais de uma instituição ou tenham passado um período ocioso entre a formação e o primeiro emprego. Ademais, pode-se observar que os professores em questão possuem tempo de formação consideravelmente recente.

No tocante ao aperfeiçoamento profissional, notou-se que a quase totalidade da amostra realizou pós-graduação do tipo Lato Sensu (Especialização), correspondendo a 100%, enquanto apenas. Além disso, 100% relatou não ter realizado curso de capacitação na área.

4.4 Caracterização ambiental

A educação ambiental nasceu com o objetivo de gerar uma consciência ecológica em cada ser humano, preocupada com o ensejar a oportunidade de um conhecimento que permitisse mudar o comportamento volvido à proteção da natureza.

Quando tratado da questão ambiental na visão dos professores percebeu-se que 52% dos entrevistados quando questionados sobre a educação ambiental responderam que o ensino da educação ambiental deve ser transformado em disciplina escola, 12% acham que devem ser tratados por todas as disciplinas, 12% responderam que devem ser tratados pelas disciplinas biologia e química, 12% responderam que o ensino da educação ambiental devem ser tratado pelas disciplinas biologia, química e geografia. Como mostra o gráfico abaixo:

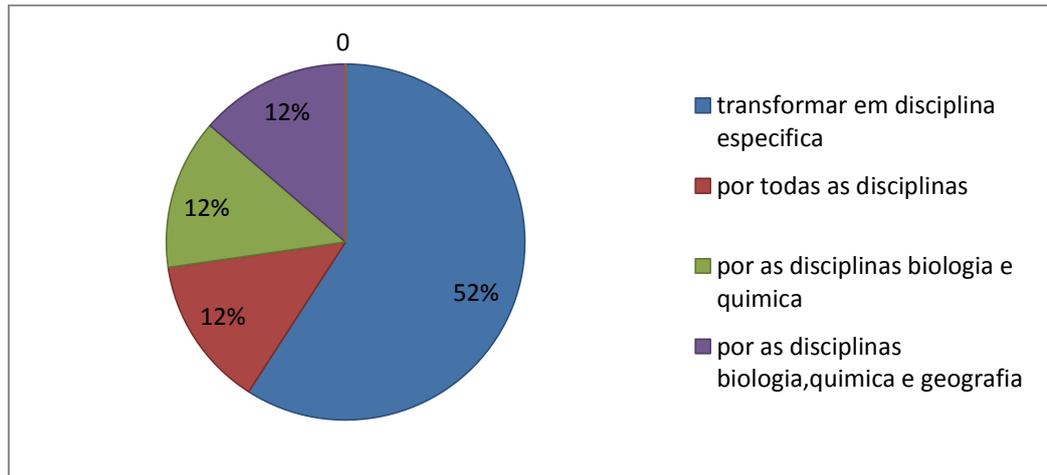


GRÁFICO 1: Educação ambiental.

Thomas (1998) existem problemas ambientais em todos os países e em todas as fases do desenvolvimento econômico, mas quase sempre a abordagem é bem diferente de um país para outro. Alguns desses problemas são mais frequentes nos países industrializados, enquanto outros ocorrem mais amiúde nos países em desenvolvimento.

Percebe-se que são muitas as dificuldades encontradas pelo professor para a inserção da educação ambiental na escola. É um pouco complexo já que a faixa etária dos alunos é bastante variada. De acordo com os entrevistados, com relação a dificuldade da implementação da educação ambiental na escola. 51% dos entrevistados afirmaram que a maior dificuldade enfrentada pelos alunos é falta de material didático específico. E 25% dos professores entrevistados que a maior dificuldade é a falta de aperfeiçoamento sobre o tema.

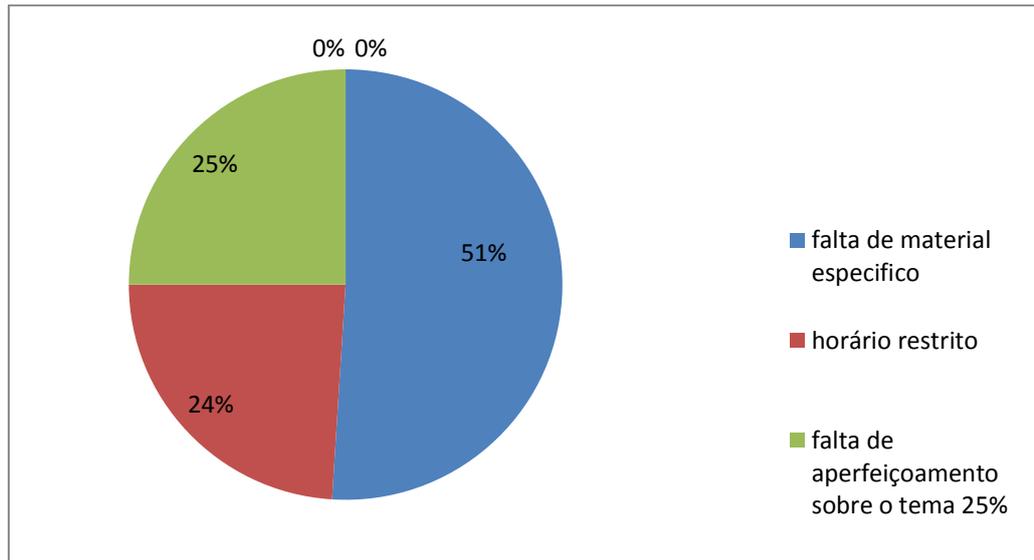


GRÁFICO 2: – Principais dificuldades enfrentadas pelos professores
Fonte; Pesquisa Empírica

Sabemos que a temática da educação ambiental causa dissabores para a administração pública, devido ao aumento na responsabilidade dos gestores em relação a vários fatores. Utilizar a educação ambiental na escola é de suma importância para uma conscientização dos jovens e adolescentes em ensinar a respeitar a natureza e seus valores.

Freire (1996) ressalta que saber ensinar não é transferir conhecimentos, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção diante dessa afirmativa fica claro que o ensino aprendizagem depende da metodologia utilizada pelo educador.

O desenvolvimento sustentável deve estar, também, aliada à educação ambiental, a família e a escola devem ser os iniciadores da educação para preservar o ambiente natural. A criança, desde cedo, deve aprender cuidar da natureza, no seio familiar e na escola é que se deve iniciar a conscientização do cuidado com o meio ambiente natural. É fundamental essa educação ambiental, pois, responsabilizará o educando para o resto de sua vida. (Beserra,1999).

Quando indagados com relação ao material didático disponibilizado aos docentes e discentes, 100% dos professores responderam ser insuficiente.

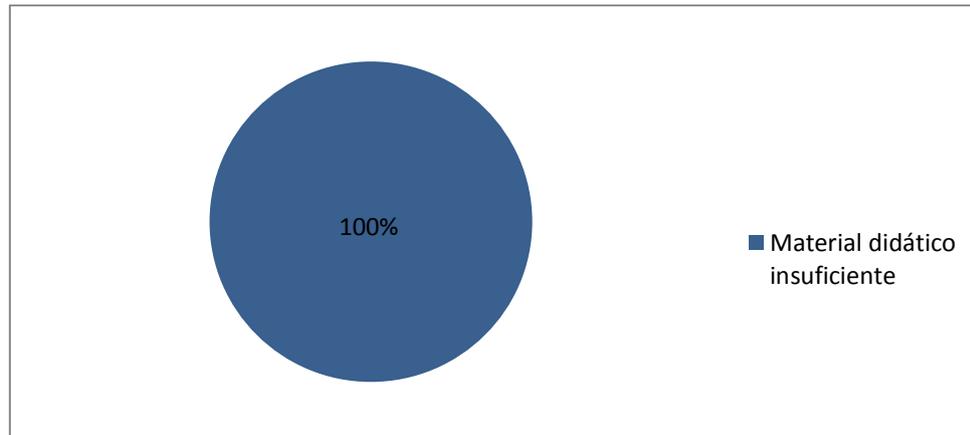


GRÁFICO 3 – Insuficiência de material didático para o ensino da educação ambiental

Na pesquisa realizada por Munhoz (2004), confirmou-se que uma das formas de levar educação ambiental à comunidade é pela ação direta do professor na sala de aula e em atividades. Através de atividades como leitura, trabalhos escolares, pesquisas e debates, os alunos poderão entender os problemas que afetam a comunidade onde vivem; instigados a refletir e criticar as ações de desrespeito à ecologia, a essa riqueza que é patrimônio do planeta, e, de todos os que nele se encontram.

E ainda diz: Os professores são a peça fundamental no processo de conscientização da sociedade dos problemas ambientais, pois, buscarão desenvolver em seus alunos hábitos e atitudes sadias de conservação ambiental e respeito à natureza transformando-os em cidadãos conscientes e comprometidos com o futuro do país.

Corroborando com essa pesquisa que alcançou o mesmo resultado, onde notou-se que a educação ambiental só conseguirá alcançar o indivíduo através dos professores na sala de aula.

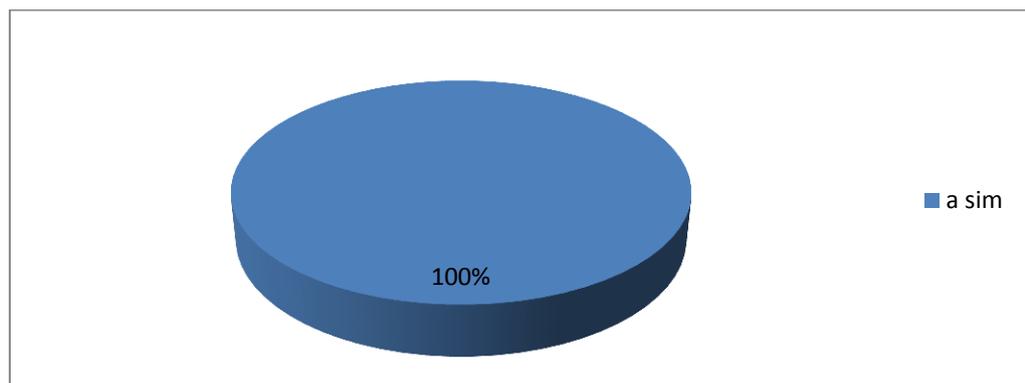


GRÁFICO 04: Incentivo da escola quanto a boas práticas ambientais

Na pesquisa realizada por Silva (2010), o meio ambiente se constitui na composição dos elementos naturais, artificiais e culturais que permitem o desenvolvimento da vida em todas as suas formas.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, capítulo VI, artigo 225, é dever do poder público e da coletividade defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações e que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, posto que se trata de bem comum do povo que é essencial à sadia qualidade de vida.

Diante disso, “a defesa do meio ambiente é uma das questões que obrigatoriamente devem constar da agenda econômica, pública e privada, não é uma questão de gosto, de ideologia e de moda, mas um fator que a Carta Maior manda levar em conta” (MACHADO, 2011). Entretanto, o que vem acontecendo no Brasil refuta aquilo que foi preconizado na CF de 1988 no que diz respeito ao tratamento para com o meio ambiente. No tocante a essa questão Lessa apud Mota (2002, p. 13) explicita que:

A lógica expansionista do capital não opera ilimitadamente. Em sua sede insaciável de lucratividade, o capitalismo revela sua essência crescente destrutiva, perdulária, manifestando uma contradição essencial no processo de sua reprodução: a crescente obsolescência programada, o desperdício no trato com os recursos naturais e sociais-condições essenciais para a expansão da produção e do consumo- confrontam-se, progressivamente, com o caráter limitado das potencialidades ambientais, com a finita capacidade de utilização dos recursos naturais, o que vem comprometendo, sistematicamente, o equilíbrio ecológico e a própria existência humana do planeta.

Dar a conhecer a um público cada vez mais amplo as causas principais do problema e conseguir nele a compreensão e conscientização sobre isso, conhecer, compreender, tomar consciência e atuar, essa deve ser a dinâmica e finalmente, formar uma associação não governamental que congrega a todos os participantes ativos no processo, com o objetivo de organizar professores e estudantes do sistema educativo nacional desde os níveis elementares até os pós-graduados, a todos as associações civis não governamentais e em fim a toda pessoa que responsável e organizadamente, baseada em sua própria experiência ou em dos demais, deseja atuar para oferecer um projeto alternativo e fundamentado que possa dar aos governos de mecanismos de ação cuja proposta seja da sociedade civil organizada.

Diante do contexto, iniciou-se as perguntas sobre a conscientização dos professores, indagou-se sobre a responsabilidade da população no manuseio correto dos recursos hídricos.

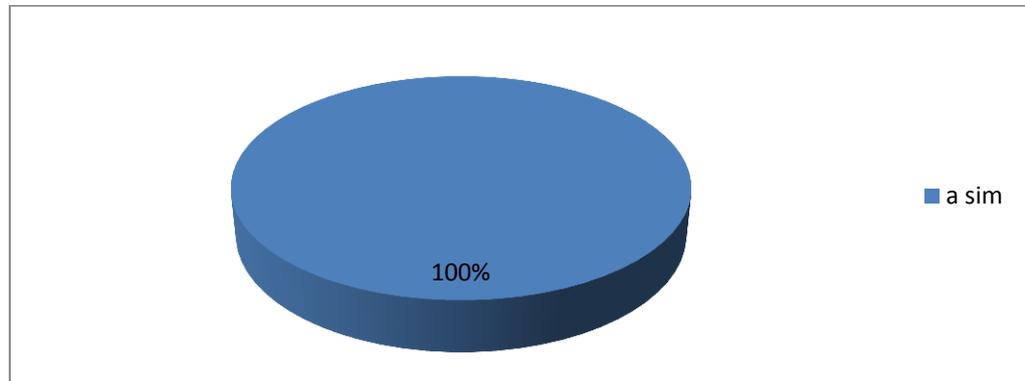


GRAFICO 05: Conscientização dos professores quanto utilização da água.

Quando questionados sobre a coleta do lixo, os professores da escola consideram importante a inclusão da educação ambiental na grade curricular, encontram-se motivados para executarem os projetos, mesmo os profissionais, que não tem recursos financeiros e nenhum tipo de patrocínio para o desenvolvimento desses projetos, mas apresentam vontade de fazer, procuram executar atividades diferentes com os alunos, reforçar o conteúdo dos livros didáticos, inovar propostas de acordo com suas possibilidades, como por exemplo: dar aula sobre a preservação do cerrado, passear nas ruas próximas a escola, para mostrar os riscos que os lixos espalhados trazem para a saúde das pessoas, pela falta de conscientização e educação.

No que se refere à utilização dos recursos hidrelétricos notou-se nas respostas que 100% dos professores entrevistados são conscientes da utilização adequada desses recursos.

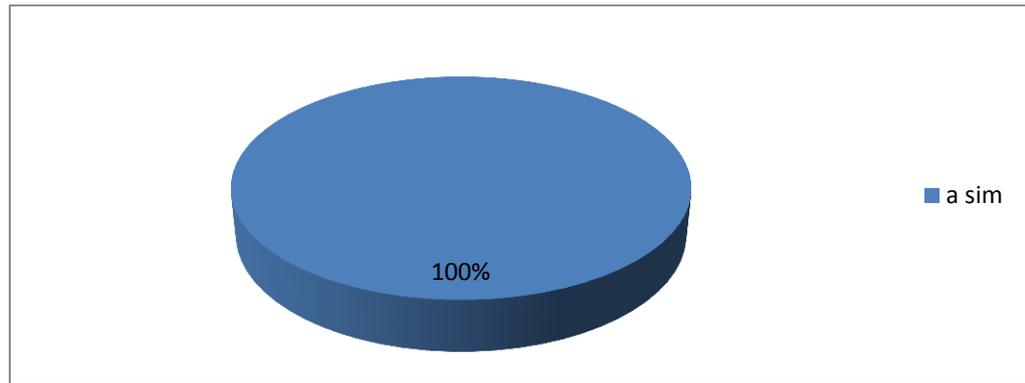


GRAFICO 06: Conscientização dos professores quanto utilização sustentável da energia

4.5 Visão dos aluno

4.6 Caracterização sociodemográfica

Traçou-se um perfil socioeconômico e demográfico dos alunos onde constatou-se que os trinta alunos entrevistados tinham em seu perfil 10 do sexo masculino e vinte do sexo feminino, sendo 25 solteiros e 5 casados, tendo na sua totalidade renda entre 1 a 3 salários.

Tabela 03-caracterização sociodemográfica dos alunos entrevistados

Variáveis	Quant.	%
Sexo		
Feminino	20	80
Masculino	10	20
Faixa etária (em anos)		
20 a 30	27	70
31 a 40	03	30
41 a 50	0	0
A partir de 51	0	0
Estado Civil		
Solteiro (a)	28	80
Casado (a)	02	20
Renda familiar mensal* (N=14)		
01 a 03 salários	8	100
06 a 09 salários	0	0
Acima de 09 salários	0	0
		0

Fonte: Autora, 2014.

*Salário Mínimo = R\$724,00

De acordo com Pintor (1970) educação, é processo pelo qual a sociedade forma seus membros conforme sua imagem, em função de seus interesses. Com base nesse sentido foi analisar os dados obtidos pelos educandos dessa unidade escolar onde foi realizada a pesquisa. E de acordo com os trinta alunos entrevistados, 58% afirmaram que a educação ambiental na escola deve entrar na grade curricular sendo uma disciplina especifica já 42% acreditam que ela deve ser inserida na escola por todas as disciplinas.

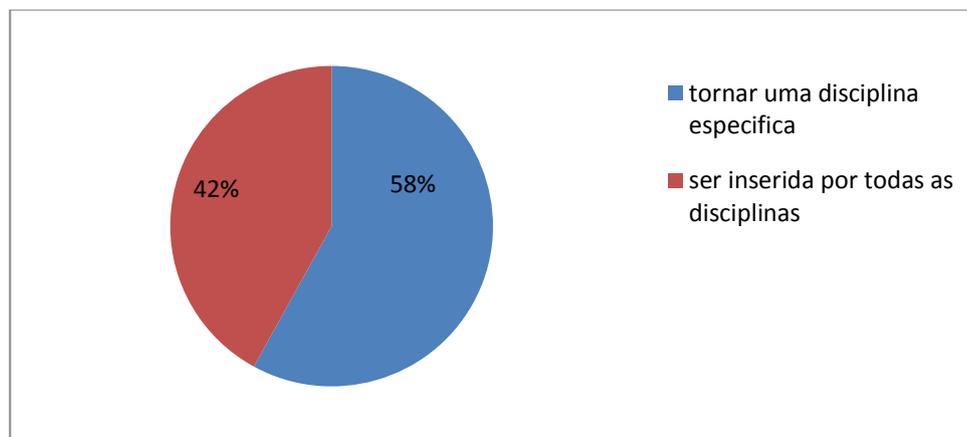


GRÁFICO 07 – Motivos pelos quais o ensino da educação ambiental deve entrar na escolar regular.

A população vem se mostrando consciente e, mas interessada pela educação continuada, da importância que a mesma tem para conseguir viver com dignidade, e trabalho. “Quanto mais as massas populares desvelam a realidade objetiva e desafiadora sobre a qual elas devem incidir suas ações transformadora, tanto mais se “inserem” nela criticamente”. Freire (1987, p. 40).

Ainda de acordo com os alunos entrevistados foi lhe perguntado Se existem dificuldades na escola no que diz respeito ao ensino da educação ambiental. 75% responderam que sim, 25%, que não existem.

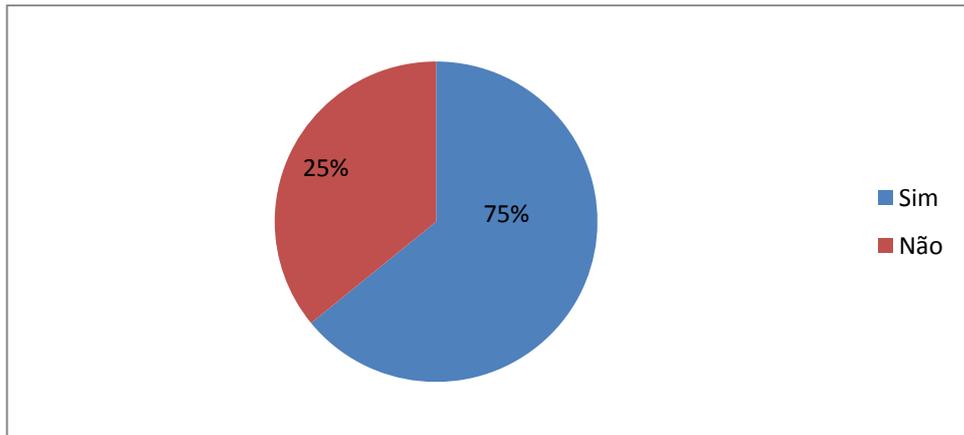


GRÁFICO 08: Dificuldades visualizadas pelos alunos ao ensino da educação ambiental.

lixo por dia, sendo que cada brasileiro gera em média 1 quilo de lixo diariamente e isso pode chegar a mais de 1,5 quilos (CARDOSO, 2002) No que se refere ao incentivo da escola sobre as boas praticas ambientais, 50% dos alunos responderam que existe conscientização na economia da água, 41 % responderam que a escola incentiva a coleta e separação do lixo e 45 reciclagem e reaproveitamento do papel.

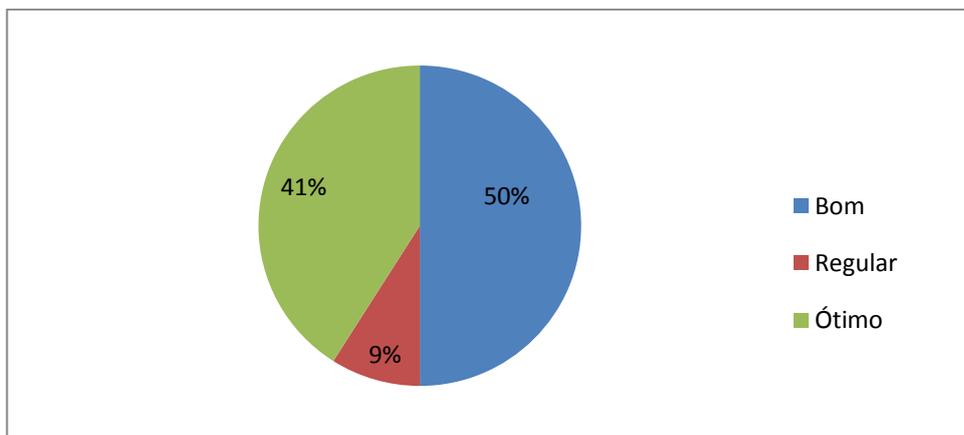


GRÁFICO 09 – formas de incentivos as boas praticas ambientais: separação do lixo, água e reciclagem de papel.

Segundo Graboski (2007) No banho, com o hábito de desligar a torneira durante a escovação dos dentes e o chuveiro ao se ensaboar pode trazer uma grande economia do bem ambiental que é água. Quando questionados sobre como utilizam a água na hora das suas necessidades diárias como escovar os dentes, tomar banho, tempo de banho, limpeza da casa e da calçada, utilização de regadores ao invés de mangueiras todos foram unânimes em dizer que sabem utilizar de forma consciente tal recurso, como mostra o gráfico a baixo:

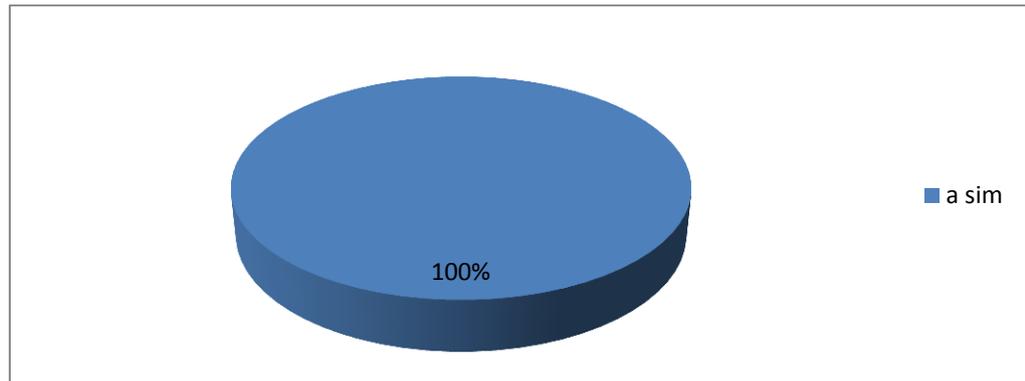


GRÁFICO10: Mostra a conscientização dos alunos quanto a utilização dos recursos hídricos

Na sequência questionou-se sobre os recursos hidrelétricos como tipo de lâmpada utilizada na residência, atenção na hora da compra de um eletro eletrônico, se sabe o que significa apagão e o principal meio de geração de energia, mais uma vez todos os alunos foram unânimes nas respostas. Segundo Cardoso (2002) o uso de lâmpadas fluorescentes reduz 80% da energia em comparação com as incandescentes.

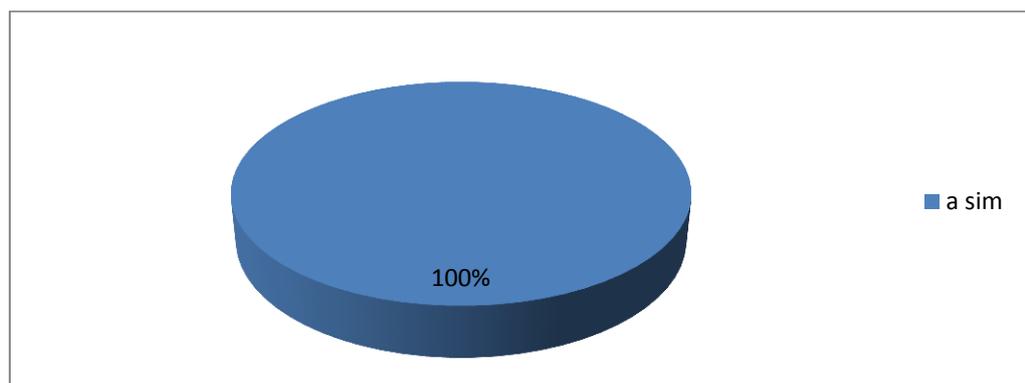


GRÁFICO 11: conscientização dos alunos quando a forma de utilização dos recursos hidrelétricos

Apesar da importância fundamental do professor no processo de desenvolvimento da nação, ainda, não se dá o devido valor, por parte de nossas autoridades, ao professor e com isto a educação. O Estado, ainda, não se conscientizou que a educação é o veículo do bem estar social, mas, sim, de forma oposta, se tem priorizado o interesse político de manter a massa sem uma formação cultural adequada. Qualquer ação de proteção ambiental deve passar pela educação ambiental.

A falta de preservação do Meio Ambiente apresenta várias consequências na comunidade como: altos índices de doenças ocasionadas pela falta de preservação da natureza, implicando na qualidade de vida da comunidade; distribuição irregular de água e o desperdício da mesma.

O principal problema da comunidade é o acúmulo de lixo espalhado por todas as redondezas desta, dificultando uma boa convivência com o vizinho, pois isso provoca conflitos entre os mesmos, quem “jogou o lixo na comunidade o vento espalha contaminando assim o quintal do vizinho, a própria estética da comunidade caracterizada como suja”, as doenças são transmitidas através de animais criados soltos e com a falta de saneamento acarreta doenças nesses animais, como também a fumaça ocasionada pela queima do lixo, causando doenças principalmente respiratórias na população.

De acordo com tal entendimento Grandisoli e Marchini (2012, s/p) corroboram com a seguinte menção:

A educação ambiental, grosso modo, tem a função de melhorar a relação do ser humano com a natureza nos mais diferentes níveis e escalas. Isso pode ser conseguido por meio do trabalho integrado de três planos distintos, porém complementares: o cognitivo, o afetivo e o motivacional, que juntos e bem trabalhados podem gerar mudanças reais de valores, atitudes e comportamentos. (grifo do autor)

No entanto, cabe principalmente ao professor abster-se de uma visão totalitária da realidade a qual se presencia, pois cada escola age de uma maneira diferenciada, seus costumes e a cultura são diferentes, e a sua atuação tem que ser mediante a demanda. Se uma escola é mais organizada, se a outra tem dificuldades de interação social, conflitos, entre outras dificuldades encontradas, cabe ao professor utilizar técnicas e estratégias para reverter e melhorar essa situação. Mantendo mais contato com a comunidade através da disponibilização de mais reuniões com essa comunidade, utilizar técnicas que vão despertar mais a reflexão dessa população, mostrar resultados para que a população se interesse como: conseguir com a prefeitura da cidade a disponibilização do carro do lixo pelo menos duas vezes na semana, que é um direito da localidade como também dos bairros da cidade. Com isso, a população se motivaria mais e participaria ativamente das reuniões.

Portanto, diante de tais informações pode-se reconhecer que a escola juntamente com seu corpo discente e docente estão no caminho certo, buscando conscientizar os alunos a repensarem suas atitudes, mudando os hábitos para preservação do meio ambiente, por meio da Educação ambiental.

Mas vale ressaltar, que não basta incluir a educação ambiental na estrutura curricular, é necessário também propiciar aos professores, conhecimento necessário dos conteúdos a serem ministrados por meio de cursos e treinamentos, bem como fornecer recursos financeiros suficientes para o desenvolvimento de projetos, envolvimento dos alunos, professores, funcionários, pais, comunidade e governo, para que haja motivação, vontade e reconhecimento da importância da Educação ambiental para a formação de cidadãos conscientes sobre o cuidado com o meio ambiente e com a sobrevivência do planeta.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a temática abordada e análise do contexto das escolas pesquisadas, podemos concluir que educação ambiental faz parte da estrutura curricular dessa instituição.

No entanto, percebeu-se que os professores da escola, mesmo com todas as dificuldades enfrentadas e os recursos escassos, parecem preparados e com maior disposição para desenvolverem os conteúdos e as atividades propostas sobre Educação Ambiental, criando projetos de acordo com suas possibilidades, inovando conteúdos para complementarem os livros didáticos, demonstrando motivação, interesse e vontade em fazer acontecer.

Diante da realidade da escola pesquisada é fundamental a sensibilização de todos os participantes envolvidos, professores e alunos para melhores resultados. Não basta a inclusão da educação ambiental na estrutura curricular para se obter mudança de atitude. É necessário o comprometimento, vontade, conscientização da importância de se adotar posturas pessoais e comportamentos sociais e ambientalmente corretos que contribuam para a formação de cidadãos responsáveis.

Assim, é importante que a escola perceba que a educação ambiental assume, cada vez mais, uma função transformadora e o educador tem a função de mediador na construção de referenciais ambientais, mas é necessário saber usar como instrumento de desenvolvimento social, abordando os temas de forma sistemática e transversal em todos os níveis de ensino.

Portanto, é necessário incrementar os meios de informação e o acesso a eles, bem como envolver o poder público nos conteúdos educacionais, como meio de mudança do quadro atual de degradação do meio ambiente. Não basta somente criar leis que regulamentem a educação ambiental nas escolas, é necessário criar condições para que a educação ambiental seja um processo contínuo e participativo, onde o aluno possa assumir o papel de elemento central do processo de ensino/aprendizagem, perceber a realidade e ter uma visão integral do mundo em que vive para cuidar melhor dele.

Sugere-se outras pesquisas com um número maior de escolas, tanto públicas quanto privadas, em diferentes setores do município e que sejam incluídos os alunos

para que se possa aumentar o universo da pesquisa e contribuir com os questionamentos diversos.

6 REFERÊNCIAS

BEZERRA, Imaculada Herranz & Luis Miguel Rondón García. O meio ambiente como fator de desenvolvimento: uma perspectiva a partir do Serviço Social. In Serviço Social e meio ambiente / José Andrés Domínguez Gómez, Octávio Vásquez Aguado, Alejandro Gaona Pérez, (orgs.); tradução de Silvana Cobucci Leite; revisão técnica de Marcos Reigota. – 3. Ed. – São Paulo, Cortez, 1999.

BRASIL LEI Nº 8.171, DE 17 DE JANEIRO DE 1997. Disponível em <www.planalto.gov.br> acessado em 29 de Outubro de 2014 as 08:20hs.

CARVALHO, Darci Barnech. Apostila Ambiente. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2008. Disponível no site <www.doc151.4shared.com> acessado dia 20 de Novembro de 2014 as 22:00hs.

Temporalis, Brasília, Cinco notas a propósito da questão social n. 3, p. 41-50, 2001.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em <www.planalto.gov.br> acessado em 29 de Outubro de 2014 as 10:40hs.

DECRETO N. 23.672 DE 2 DE JANEIRO DE 1934. Disponível em <www.planalto.gov.br> acessado em 29 de Outubro de 2014 as 09:15hs.

DECRETO Nº 24.643, DE 10 DE JULHO DE 1934. Disponível em <www.planalto.gov.br> acessado em 29 de Outubro de 2012 as 08:50hs

DIAS, Talden Queiroz. Evolução histórica da legislação ambiental. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, X, n. 39, mar 1991. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=3845>.

Acesso em 28 de Outubro de 2014, as 23:00h.

EDITAL SESAPI Nº 02/2011, disponível no site <www.pciconcursos.com.br> acessado dia 22 de Novembro de 2014 as 23:14hs.

FARIAS, Maria Lúcia. Educação ambiental: Identidade e Alienação. 9ª Ed – São Paulo: Cortez, 2007.

GARCIA, Robério Bôto de. Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea, estado do Piauí: diagnóstico do município de Picos / Organização do texto [por] Robério Bôto de Aguiar [e] José Roberto de Carvalho Gomes . ¾ Fortaleza: CPRM - Serviço Geológico do Brasil, 1993.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas IBGE, disponível em: <www.ibge.gov.br/cidadesat> Acessado em 12 de Novembro de 2012 as 21:30hs.

IRIGALBA, Ana Carmem. A prática da ecologia social: a necessidade de integrar o social e o ecológico. In Serviço Social e meio ambiente / José Andrés Domínguez NUNES, Octávio Vásquez Aguado, Alejandro Gaona Pérez, (orgs.); tradução de Silvana Cobucci Leite; revisão técnica de Marcos Reigota. – 3. Ed. – São Paulo, Cortez, 1998.

PICOS, Prefeitura Municipal de Picos, disponível em: <www.picos.pi.gov.br> Acessado em 12 de Novembro de 2014 as 22:00hs.

Política Nacional de Educação Ambiental Lei Nº. 9.795, de 27 de Abril de 1999. Disponível no site: <www.planalto.gov.br> acessado dia 19/10/2014 as 18:00hs

RIBEIRO, Edson e Silvio. Por uma educação ambiental de (mais) qualidade. 1994. Disponível no site <www.revistaeea.org/artigo.php?idartigo=1332&class=02> acessado dia 19 de Novembro 2014 as 21:30hs.

SILVA ET AL., Denise Cristine Campos. A Crise Ambiental: uma análise jus-sociológica. 2010.. Disponível no site <www.webartigos.com/artigos/a-crise-ambiental/2726/#ixzz2AvENTHCA> acessado dia 07 de Novembro de 2014 as 17:00hs.

THOMAS, Celso. Rio-92/Rio+20: contrastes e confrontos. 1998. Disponível no site <www.estadao.com.br> acessado dia 18 de Novembro de 2014 as 20:00 hs.

REIGOTA, Maria da Graça e Silva. Questão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: um desafio ético-político ao serviço social/ São Paulo: Cortez, 1995.

MICHEL. A evolução da Legislação Ambiental Brasileira. 2005. Fonte de Pesquisa: Superior Tribunal de Justiça. Acessado em 28 de Outubro de 2014, as 22:45h.

SORRENTINO et al., Marcos. Educação ambiental como política pública. Universidade Estadual de Feira de Santana, Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/agosto. 2005.

SOUZA, Christian. Um mal a ser combatido: a obsolescência programada. 2007. Disponível no site: <www.idec.org.br/em-acao/artigo/um-mal-a-ser-combatido-a-obsolescencia-programada>. Acessado no dia 26/10/2014 as 21:00 hs.

SOUZA, Roosevelt Fideles de. Um pouco da história, finalidade, objetivo e princípios da educação ambiental. 2003. Disponível no site: <www.nima.puc-rio.br/sobre_nima/projetos/caxias/material_de_apoio/Planos%20de%20aula/Apostila%20do%20Prof.%20Roosevelt.pdf> acessado no dia 20/10/2014 as 16:00hs.

ZUQUIM et al., Fernanda Alves. Educação Ambiental e Cidadania. 2012. Disponível no site: <www.revistaeea.org/artigo.php> acessado dia 05/10/2014 as 22:00 hs.

Educação ambiental – Brasil. 2. Educação básica – Brasil. I Título.

APÊNDICES

APÊNDICE A



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS

Curso de graduação em Ciências Biológicas, modalidade Licenciatura.

Rua Cícero Duarte, 905 – Bairro Junco – CEP: 64.600.000 Picos Piauí

Fone/Fax (89) 3422-1008 / 34221024

PROJETO: PERCEPÇÃO E PRÁTICAS AMBIENTAIS DOS ALUNOS E PROFESSORES DA UNIDADE ESCOLAR JOÃO JOSÉ BATISTA EM SÃO JOÃO DA CANABRAVA – PI.

Orientador: Dr. Luís Evêncio da Luz

Instrumental de Coleta de dados para Trabalho de Conclusão de Curso

SUJEITO: Alunos da escola Estadual João José Batista.

- Perfil do Aluno

1- Sexo

() Feminino

() Masculino

2- Idade _____

3- Série _____

4- Estado Civil

() solteiro (a)

() viúvo(a)

() casado (a)

() divorciado(a)

5- Renda Familiar

() de 1-3 salários mínimos

() de 3-6 salários mínimos

de 6-9 salários mínimos mais de 9 salários mínimos

- Educação Ambiental

6- O ensino da Educação Ambiental deve ser tratado:

Por todas as disciplinas

Por as disciplinas, biologia e química.

Por as disciplinas, biologia química e geografia.

Transformar se em disciplina especifica.

7- Existe dificuldade na escola no que diz respeito ao ensino da Educação Ambiental?

Falta de material didático específico.

O horário das aulas são restrito.

Falta de aperfeiçoamento sobre o tema.

os livros utilizados não abordam o tema.

8- São realizados atividades na escola que aborde o tema de preservação do meio ambiente?

Palestras Educativas

Exposição do tema em aula.

Oficinas

Em mostras culturais.

9- De que forma a escola incentiva as boas praticas ambientais?

Reciclagem e reaproveitamento de papel.

Coleta e separação do lixo.

Uso de lixo orgânico em hortas.

Economia de água e energia.

10- Qual a importância da temática ambiental em sala de aula?

Propiciar mudança de comportamento com relação ao tema.

Sensibilizar os alunos para que eles repassem valores aos seus familiares.

Alerta lós para consequências futuras.

na prevenção de ações que possam ser prejudiciais.

- Uso da Água

11- Costuma fechar a torneira durante a escovação dos dentes?

Sim Não

12- Durante o banho costuma desligar o chuveiro ao se ensaboar?

Sim Não

13- Qual tempo gasto durante o banho?

5 Minutos

5 - 10 Minutos

10 – 15 Minutos

15 - 20 Minutos

Mais de 20 Minutos

14- Para a limpeza de casa ou calçada, costuma utilizar balde?

Sim Não

15- Costuma usar regados ao invés de mangueira para regar plantas?

Sim Não

- Lixo

16- Na rua onde você mora tem coleta de lixo?

Sim Não

17-Você sabe o destino do lixo coletado?

Sim Não

18-Realiza separação do lixo em sua residência?

Sim Não

19-Quando vai ao supermercado utiliza:

Sacolas do supermercado

Caixas

Sacolas retornáveis

outros

20-Qual destino dado as pilhas e baterias utilizadas em sua residência?

Joga junto com o lixo domestico.

guarda pra entrega à empresa.

Outros

- Energia

21-Qual o tipo de lâmpada usada em sua casa?

Incandescentes

Fluorescente

Led

22-Na hora da compra de um eletro eletrônico, costuma comprar os mais econômicos.

Sim Não

23-Tem conhecimento sobre o dia internacional do racionamento de energia?

Sim Não

24-Já participou do ato do dia do apagão?

Sim Não

25-Qual o principal meio de geração de energia elétrica no Brasil?

Usinas hidrelétricas

solar

nuclear

eólica

APÊNDICE B



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS

Curso de graduação em Ciências Biológicas, modalidade Licenciatura.

Rua Cícero Duarte, 905 – Bairro Junco – CEP: 64.600.000 Picos Piauí

Fone/Fax (89) 3422-1008 / 34221024

PROJETO: PERCEPÇÃO E PRÁTICAS AMBIENTAIS DOS ALUNOS E PROFESSORES DA UNIDADE ESCOLAR JOÃO JOSÉ BATISTA EM SÃO JOÃO DA CANABRAVA – PI.

Orientador: Dr. Luís Evencio da Luz

Instrumental de Coleta de dados para Trabalho de Conclusão de Curso

SUJEITO: Docentes da escola Estadual João José Batista.

- Perfil do Professor

1- Sexo

() Feminino

() Masculino

2- Idade _____

3- Função que exerce _____

4- Tempo de serviço _____

5- Formação Acadêmica _____

6- Estado Civil

() solteiro (a)

() viúvo(a)

() casado (a)

() divorciado

7- Qualificação Profissional

() Graduação

() Especialização

() Mestrado

() Doutorado

8- Tipo de contrato:

- () Concurso Publico () Contratado
- 9- Renda Familiar
- () de 1-3 salários mínimos () de 3-6 salários mínimos
- () de 6-9 salários mínimos () mais de 9 salários mínimos

- Educação Ambiental

10- O ensino da Educação Ambiental deve ser tratado:

- () Por todas as disciplinas
- () Por as disciplinas, biologia e química.
- () Por as disciplinas, biologia química e geografia.
- () Transformar se em disciplina especifica.

11- Existe dificuldade na escola no que diz respeito ao ensino da Educação Ambiental?

- () Falta de material didático especifico.
- () O horário das aulas são restrito.
- () Falta de aperfeiçoamento sobre o tema.
- () os livros utilizados não abordam o tema.

12- São realizados atividades na escola que aborde o tema de preservação do meio ambiente?

- () Palestras Educativas
- () Exposição do tema em aula.
- () Oficinas
- () Em mostras culturais.

13- De que forma a escola incentiva as boas praticas ambientais?

- () Reciclagem e reaproveitamento de papel.
- () Coleta e separação do lixo.
- () Uso de lixo orgânico em hortas.
- () Economia de água e energia.

14- Qual a importância da temática ambiental em sala de aula?

- () Propiciar mudança de comportamento com relação ao tema.
- () Sensibilizar os alunos para que eles repassem valores aos seus familiares.
- () Alerta lós para consequências futuras.
- () na prevenção de ações que possam ser prejudiciais.

- Uso da Água

15- Costuma fechar a torneira durante a escovação dos dentes?

Sim Não

16- Durante o banho costuma desligar o chuveiro ao se ensaboar?

Sim Não

17- Qual tempo gasto durante o banho?

5 Minutos

5 - 10 Minutos

10 – 15 Minutos

15 - 20 Minutos

Mais de 20 Minutos

18- Para a limpeza de casa ou calçada, costuma utilizar balde?

Sim Não

19- Costuma usar regados ao invés de mangueira para regar plantas?

Sim Não

- Lixo

20- Na rua onde você mora tem coleta de lixo?

Sim Não

21- Você sabe o destino do lixo coletado?

Sim Não

22- Realiza separação do lixo em sua residência?

Sim Não

23- Quando vai ao supermercado utiliza:

Sacolas do supermercado

Caixas

Sacolas retornáveis

outros

24- Qual destino dado as pilhas e baterias utilizadas em sua residência?

Joga junto com o lixo domestico.

guarda pra entrega à empresa.

Outros

- Energia

25- Qual o tipo de lâmpada usada em sua casa?

Incandescentes

Fluorescente

Led

26- Na hora da compra de um eletro eletrônico, costuma comprar os mais econômicos.

Sim Não

27- Tem conhecimento sobre o dia internacional do racionamento de energia?

Sim Não

28- Já participou do ato do dia do apagão?

Sim Não

29- Qual o principal meio de geração de energia elétrica no Brasil?

Usinas hidrelétricas

solar

nuclear

eólica

APÊNDICE C

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do estudo: PERCEPÇÃO E PRÁTICAS AMBIENTAIS DOS ALUNOS E PROFESSORES DA UNIDADE ESCOLAR JOÃO JOSÉ BATISTA EM SÃO JOÃO DA CANABRAVA – PI.

Pesquisadora responsável: Danielle Maria de Araújo

Instituição/Departamento: Universidade Federal do Piauí / Curso de Biologia.

Telefone para contato: (089) 8809 2267

Local da coleta de dados: Unidade Escolar João José Batista.

Prezado (a) Senhor(a)

Você está sendo convidado (a) a responder às perguntas deste questionário de forma totalmente voluntária. Antes de concordar em participar desta pesquisa e responder este questionário, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. Os pesquisadores deverão responder todas as suas dúvidas antes que você se decidir a participar. Você tem o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade e sem perder os benefícios aos quais tenha direito.

Objetivo do estudo: Investigar a consciência, conhecimento e práticas cotidianas dos alunos e professores da Unidade Escolar João José Batista em São João da Canabrava – PI.

Procedimentos. Sua participação nesta pesquisa consistirá apenas no preenchimento deste questionário, respondendo às perguntas formuladas que abordam a Temática Consciência e Prática Ambiental.

Benefícios. Esta pesquisa trará maior conhecimento sobre o tema abordado, sem benefício direto para você.

Riscos. O preenchimento deste questionário não representará qualquer risco de ordem física ou psicológica para você.

Sigilo. As informações fornecidas por você terão sua privacidade garantida pelos pesquisadores responsáveis. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu _____, estou de acordo em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

Picos, ____ de _____ de 2014

Assinatura

Pesquisador responsável



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA
"JOSÉ ALBANO DE MACEDO"**

Identificação do Tipo de Documento

- () Tese
 () Dissertação
 (X) Monografia
 () Artigo

Eu, Danielle Maria de Azeiteiro,
 autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de
 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar,
 gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação

Percepção e Práticas Ambiental dos Alunos e
Professores da Unidade Escolar São José Batista
em São João da Canabrava - PI.

de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título
 de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 30 de Maio de 2019.

Danielle Maria de Azeiteiro
 Assinatura